

NAS TRILHAS DE UM PERSEGUIDOR DE FRONTEIRAS

Teresa Urban Furtado*

Como centenas de milhares de brasileiros, Antônio Moreira trocou o nordeste pelo sul, em busca de melhores dias. Nascido em Brumado, centro-sul da Bahia, na década de 40, filho de agricultores pobres e sem terra, resistiu até a década de 60, antes de pegar a estrada, rumo a São Paulo. Dez anos depois, quando chegou a Curitiba, Moreira havia percorrido uma notável lista de cidades: São Paulo e Ipaçu, em São Paulo; Bandeirantes, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Uraí e Astorga, no Paraná; Hernandárias, no Paraguai; e Alta Floresta, em Rondônia. A trajetória de Antônio Moreira coincide, de modo impressionante, com a rota da destruição das florestas nativas no Brasil (e no vizinho Paraguai, por proximidade), alimentando uma interpretação equivocada, que associa a degradação ambiental a que o país foi submetido aos migrantes. Seriam, simultaneamente, agentes e vítimas da destruição, ao construir o cenário devastado de onde não podem mais retirar o sustento. E, por isso, migram.

A idéia de que a natureza se apresenta como uma paisagem imutável, onde a ação humana é inevitável e exclusivamente degradadora, já foi relegada aos pintores clássicos e a paisagem, como define G. Bertrand, não deve ser interpretada como a "simples adição de elementos geográficos disparatados". É, diz ele, "numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, formam um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução."

A ação antrópica é apenas um dos elementos da evolução da paisagem que, combinada dinamicamente a outras formas de intervenção, físicas ou biológicas, produz resultados diversos. Julgar, portanto, a degradação como inerente e inevitável à ação humana é desconhecer a possibilidade de uma intervenção voltada à

conservação e não à destruição do ambiente.

Considerar a migração como consequência direta do esgotamento dos recursos naturais, como se os migrantes deixassem atrás de si, invariavelmente, uma terra arrasada, sem futuro, é ignorar alguns aspectos desta ação antrópica, como relações de trabalho, processos tecnológicos e formas de apropriação da terra, que acabam determinando o tipo de uso que se faz dos recursos naturais. Na trajetória de Antônio Moreira, em geral, as regiões pelas quais passou continuam real ou potencialmente produtivas, do ponto de vista da agricultura convencional. O que se esgotou, na verdade, foi um tipo de ocupação, baseado na exploração de mão-de-obra barata para o desbravamento e "domesticação" do solo, e não o uso da terra. Os migrantes passam e a terra continua produzindo para quem tem a propriedade e o capital.

A partida

É indispensável considerar, porém, que o estado de extrema degradação do meio ambiente, no ponto de partida de Antônio Moreira -- como se fora um migrante no túnel do tempo -- representa uma antevisão do que serão os outros territórios visitados, caso continue vigorando o modelo tradicional de uso da terra. Uma frase atribuída a Marx aborda, de modo quase profético e muito preciso, a estreita relação existente entre a forma de exploração da propriedade da terra e o uso da terra e a exploração da mão-de-obra: "Todo avanço na agricultura capitalista significa um avanço não apenas na arte de como roubar o camponês, mas também de como roubar a terra; todo avanço para incrementar a fertilidade do solo durante um certo período, significa um passo mais em direção à destruição das fontes permanentes de fertilidade" (Emerson, 1978).

Sob outra ótica, um recente estudo sobre os limites originais da Mata Atlântica na região nordeste do Brasil mostra, de modo surpreendente, como o semi-árido foi "construído" ao longo de séculos de destruição das formações silvestres (Coimbra Filho e Câmara, 1996). Os autores identificaram, através da paciente reconstituição de relatos antigos, a existência de "matas densas nas margens do rio São Francisco", hoje substituídas por ecossistemas típicos de ambientes semi-áridos. Especificamente na região de onde partiu Antônio Moreira, os autores identificaram "no curto espaço de seis décadas apenas", a eliminação quase completa de "vastíssima floresta pluvial, certamente uma das formações bioticamente mais ricas do mundo".

Intervenções de tal intensidade provocaram "manifestações dramáticas de desastres ambientais de ampla abrangência, ecológica e hidrológica, sem contar o maço extermínio de espécies da outrora riquíssima flora e fauna originais". A seca que expulsou Antônio Moreira de sua terra natal é o resultado de uma intensa intervenção num território que já teve outras cores e climas, num passado não muito distante.

De modo geral, a prática deste modelo predatório de uso do solo é uma herança portuguesa. Vale lembrar que, para os descobridores, a princípio, a floresta parecia resumir-se à *Caesalpinia brasiliensis* (pau-brasil ou pau-de-tinta) árvore que

despertou o imediato interesse dos europeus porque produzia uma seiva vermelha, muito útil como tintura para tecidos. Os registros oficiais dão conta que, ainda no século do descobrimento, mais de 1.200 toneladas dessa madeira foram levadas legalmente para a Europa, além do contrabando, é claro.

Esgotadas as madeiras nobres e na falta das tão sonhadas minas de ouro, os portugueses iniciaram a exploração das terras, num modelo baseado na exploração da mão-de-obra escrava, na monocultura e no latifúndio. O preparo da terra para o plantio da cana-de-açúcar, em grandes extensões de terra, exigiu milhares de escravos para derrubar a floresta. E assim foi feito, primeiro a nordeste e depois a sudeste da costa brasileira. Em torno dos canaviais desenvolveram-se atividades de apoio, como o cultivo do fumo, espécie de moeda no tráfico de escravos; a pecuária, indispensável para os tratos culturais e para os engenhos; o plantio da mandioca, para alimentação dos escravos. Ao longo da costa brasileira, o açúcar e seus produtos complementares devoravam as florestas e modificavam a paisagem. No século XVIII, o café, outra cultura voltada para o mercado externo, avançou sobre a floresta atlântica, de sudeste para o sul, com igual intensidade.

Sobre os escombros da floresta, a história preparou o cenário que, em meados do século XX, levou Antônio Moreira a deixar Brumado e seguir rumo ao sul.

Eldorado

Ao partir para São Paulo, optando por viver na cidade grande, Antônio Moreira expressava o desejo de mudar sua forma pessoal de ocupação do território, ou seja, seu modo próprio de sobrevivência, descrente da possibilidade de viver como agricultor. Partiu em busca de trabalho, e não de terra.

Por falta de alternativas de trabalho na metrópole, porém, retomou seu ofício nos cafezais do Paraná. Na época, o Eldorado paranaense já havia sofrido pelo menos duas grandes investidas sobre suas florestas, que originalmente cobriam quase 85% do território do estado. A primeira, por parte dos madeireiros que exploravam as espécies nobres da grande floresta, sobretudo o pinheiro do Paraná. A segunda, pela expansão da cultura cafeeira no norte do estado e, depois delas, novas fronteiras agrícolas do oeste e do sudoeste. Como resultado, quando o migrante Antônio Moreira chegou ao Paraná, a floresta já estava reduzida a menos de um terço de sua área original.

Atraído pela paisagem verde e generosa e pela fama da terra vermelha, um exército de trabalhadores, temporários e sem terra, continuou a chegar ao Paraná, para trabalhar na agricultura onde, no início dos anos 70, começou um avassalador processo de mudanças nas relações de trabalho e nos padrões de uso de tecnologia, mudando totalmente o perfil do campo, em menos de dez anos. A substituição das lavouras de café -- de uso intensivo de mão-de-obra --, por culturas anuais mecanizadas -- de uso intensivo do solo, de equipamentos e de insumos químicos --, determinou a expulsão de mais de um milhão de trabalhadores do estado, nesse mesmo período.

É interessante analisar os números do desmatamento das florestas nativas do Paraná, para estabelecer a verdadeira relação entre propriedade e uso da terra, condições ambientais e migração. Um estudo do professor Reinhard Maak³, publicado na década de 60, no Paraná, já alertava para a necessidade de medidas urgentes para interromper o processo violento de desmatamento no estado. A situação da época encontra-se demonstrada no Quadro 1.

QUADRO 1

ÁREA DE MATA NATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (Km ²)		
	Mata Pluvial Tropical-Subtropical	Mata de Araucária
Área Original	94.044	73.780
1930	89.444	39.580
1937	83.468	34.554
1950	54.610	25.224
1955	47.104	22.032
1960	35.204	20.432
1965	32.204	15.932

Fonte: Geografia Física do Brasil

QUADRO 2

Ano	População Rural (em mil hab.)	Florestas Nativas (Km ²)
1960	2.953	55.636
1970	4.425	38.645
1980	3.157	19.729
1991	2.251	15.390

Fontes: Inventário Nacional de Florestas Nativas, Instituto Ambiental do Paraná, SOS Mata Atlântica/INPE.

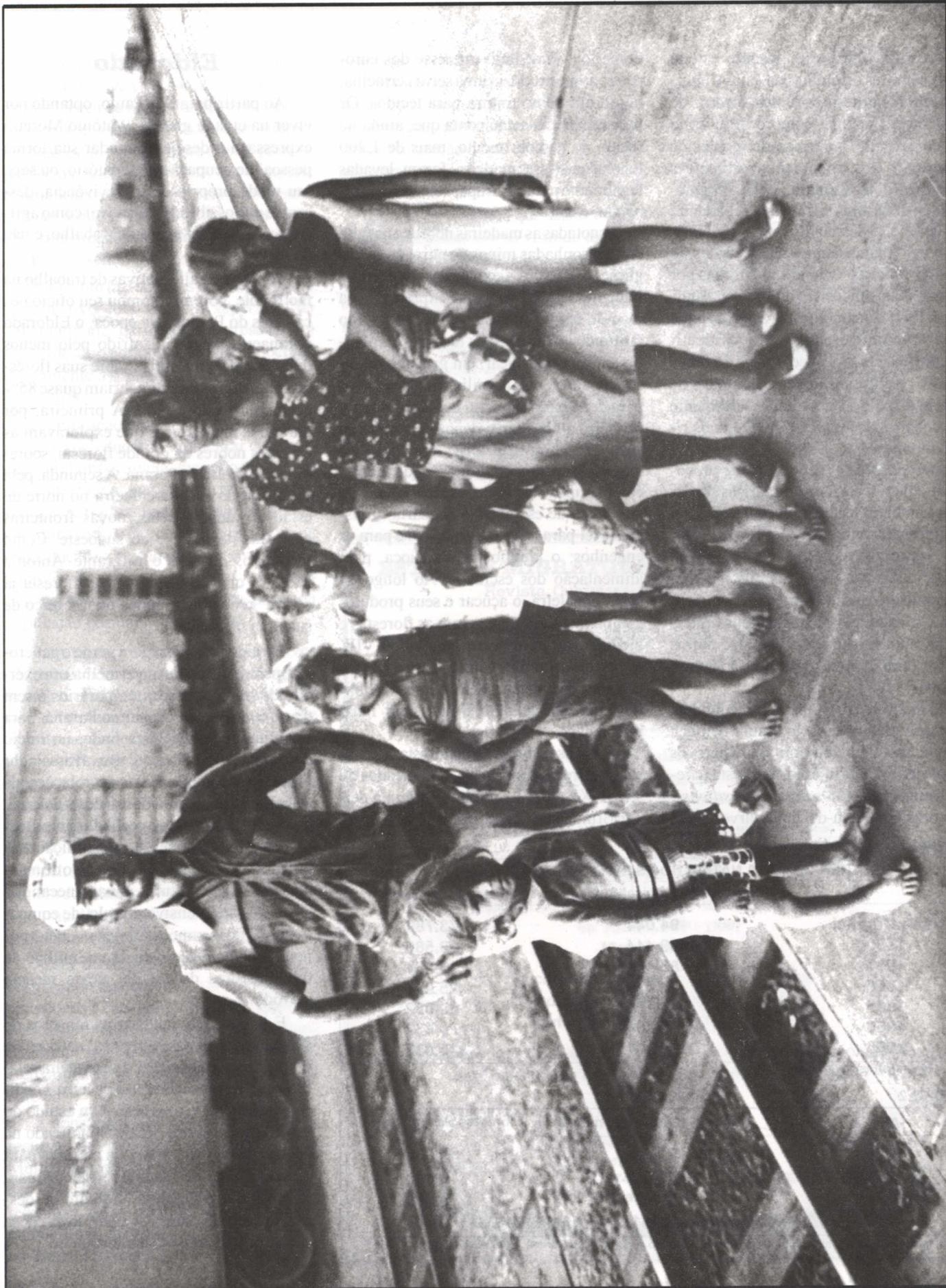


Foto: João Urban

Antônio Moreira e família na Estação Ferroviária de Maringá - PR.

Tomando-se por base os dados de 1930, pode-se observar que, num período de pouco mais de três décadas, o Paraná perdeu aproximadamente 44% da floresta tropical e subtropical (nos extremos leste e oeste do estado) e 56% das matas com araucária (região centro-sul). A extração da madeira e a expansão da agricultura são as grandes causas do desmatamento e a evolução da população rural não mostra uma relação direta de causa e efeito com a redução da cobertura florestal, como pode ser observado no Quadro 2.

Este quadro oferece elementos que reforcem a idéia de que a destruição dos recursos naturais não está, necessariamente, associada aos fluxos migratórios. Entre 1960 e 1970, período em que a população rural do estado cresceu em mais de 65%, o ritmo da devastação foi menor do que na década seguinte, quando a população rural do estado sofreu uma redução considerável, mas a produção no campo sofreu grandes alterações, com a introdução de culturas mecanizadas.

Os ajustes no campo prolongaram-se até a década de 90. As interpretações das imagens de satélite de 1985 e 1990 mostram que o Paraná destruiu 8,76% das florestas nativas nesse período, enquanto a população rural continuava em declínio. O Eldorado acabou e a floresta também. Hoje, no Paraná, considerando todas as áreas legalmente protegidas, as florestas nativas cobrem menos de 5% do território e não há qualquer sinal de que a devastação chegou ao fim.

Rumo ao Norte

Em conseqüência das mudanças trazidas pela "revolução verde", os bóias-frias, "meieiros" e parceiros reiniciaram sua grande marcha, engrossada pela adesão de pequenos proprietários, descendentes de colonos alemães e italianos, que perderam suas terras. Muitos deles - sobretudo os que dispunham de algum recurso resultante da venda das terras, dirigiram-se para Rondônia, onde repetiram o padrão de ocupação vivido por seus avós e seus pais, no Paraná (Isto, sem contar com os desastrosos planos de colonização da década de 70). De modo geral, o espaço para formas tradicionais de parceria e/ou de trabalho temporário são menores, pois tam-

bém o modelo de uso intensivo de tecnologia foi importado do sul. Trabalhadores como Antônio Moreira têm apenas a função de abrir o mato. Depois, são dispensados.

Em plena floresta tropical, Rondônia foi, ao mesmo tempo, a porta de entrada na Amazônia e final de um ciclo migratório. Na década de 70, o estado registrou um crescimento populacional de 20% ao ano. Entre 1975 e 1980, sua população quase triplicou, passando de 195 mil habitantes para 500 mil. A migração provocou enorme crescimento da atividade agrícola e acelerada destruição da floresta: em menos de dez anos, a área desmatada de Rondônia passou de 42.000 km² para 58.000 km², área equivalente a quase 30% do território.

Nas cidades

Muitos migrantes sequer arriscaram ir para o norte. Ficaram mesmo na periferia das grandes cidades. Outros, tentaram a sorte e voltaram. Antônio Moreira, com seus seis filhos, instalou-se na Região Metropolitana de Curitiba, num loteamento de origem duvidosa, onde cumpriu, mais uma vez, seu destino inevitável: abrir fronteiras. Desta vez, para a expansão urbana.

Como ocorreu em outros pontos de parada, a permanência de Antônio na cidade coincide com uma profunda alteração do ambiente, mas, como das outras vezes, não lhe coube qualquer decisão sobre a forma de se relacionar com os recursos naturais. Instala-se onde é possível e trabalha no que consegue.

Na Região Metropolitana de Curitiba, como outros milhares de recém-chegados, encontra abrigo na região dos mananciais, de ocupação proibida, pois se trata de ambiente vital para assegurar o abastecimento público de água. Uma ocupação ilegal é tudo que a cidade pode oferecer para os recém-chegados, que não têm como pagar por uma posição melhor.

Nas regras de mercado, terreno proibido é terreno sem valor e, portanto, passível de absorver as levas de recém-chegados que, deste modo, resolvem seu problema de moradia e deixam de pressionar as áreas de melhor qualidade, dentro das cidades. A situação é perfeita, do ponto de vista da administração pública, liberada de qualquer atribuição ou responsabilidade: a luz

é "puxada" do ponto mais próximo; a água vem de uma torneira única, pois não se pode instalar rede em terreno proibido; as ruas são construídas às vésperas das eleições, em troca de promessas de votos; os equipamentos sociais são conquistados depois de mil e uma batalhas dos movimentos populares.

Assim, em menos de vinte anos, os mananciais foram completamente ocupados e degradados. Os riscos de contaminação e os custos do tratamento da água ameaçam inviabilizar sua utilização. Diante da crise, surge, já nas portas do ano 2000, uma nova proposta: agora que a fronteira já está aberta e a destruição efetivada, é preciso mudar as regras do jogo, liberando o território desbravado para ocupação, com novos padrões de uso.

Em meados de 1996, um decreto do governo estadual alterou completamente o desenho inicial da área de manancial localizada a leste da Região Metropolitana de Curitiba, permitindo a ocupação de áreas que estavam submetidas a severas restrições de uso desde 1980. Abre-se espaço para atividades industriais, antes proibidas e "expande-se" a cidade para territórios antes marginalizados. Com isso, os terrenos valorizam-se rapidamente, justificando investimentos públicos de toda ordem.

E Antônio Moreira, agora um sedentário cinquentão? Mais uma vez, neste palco chamado Brasil, o papel que lhe cabe é o mesmo: liberar a cena para os novos protagonistas.

* Teresa Urban Furtado é jornalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EMERSON, Tony
(1978) "La Biosfera, el Hombre y la contaminación" In: *Recursos y Medio Ambiente: una perspectiva socialista*. Barcelona, Editorial Gustavo Gilli.
- COIMBRA FILHO, Ademar F. e CÂMARA, Ibsen Gusmão
(1996) *Os limites Originais do Bioma Mata Atlântica na Região Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.
- MAAK, Reinhard
(1981) *Geografia Física do Estado do Paraná*. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora & Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná.